



O uso do Cadastro Único como ferramenta para o diagnóstico e planejamento na Assistência Social

José Vicente de Deus Neto¹, Bergson Almeida Pereira²; Tarcísio Rocha Vicente de Deus³

Resumo: Este trabalho objetiva demonstrar a viabilidade do uso do Cadastro Único enquanto ferramenta funcional ao diagnóstico e planejamento das ações no âmbito do SUAS, trazendo como cenário de estudo o município de Lagoa Grande – PE. Metodologicamente, o estudo assume natureza quali-quantitativa e abordagem descritiva por meio de uma revisão bibliográfica e documental que se embasa em informações extraídas do Cadastro Único de Programas Sociais através das ferramentas Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania - MOPS e o Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único – CECAD. As principais reflexões apontam para um cenário de avanços tecnológicos na gestão da informação no âmbito do SUAS e o desenvolvimento do CADÚNICO. Demonstrem-se também exemplos práticos da viabilidade de uso desse instrumento para produção de indicadores em escala municipal. Conclui-se que utilização dessa ferramenta pode ser útil na elaboração do diagnóstico socioterritorial e planejamento de ações no âmbito desta política pública.

Palavras-chave: SUAS, Cadastro Único, planejamento, diagnóstico socioterritorial.

The use of the Cadastro Único as a tool for diagnosis and planning in Social Assistance

Abstract: This article aims to demonstrate the feasibility of using the Single Registry as a functional tool for the diagnosis and planning of actions within the scope of SUAS, bringing as a study scenario the municipality of Lagoa Grande – PE. Methodologically, the study assumes a quali-quantitative nature and a descriptive approach through a bibliographic and documentary review based on information extracted from the Single Registry of Social Programs through the Strategic Map Tools for Citizenship Policies - MOPS and the Consultation, Selection and Extraction Single Registry Information - CECAD. The main results point to a scenario of technological advances in information management within the scope of SUAS and the development of CADÚNICO. Practical examples of the feasibility of using this instrument to produce indicators on a municipal scale are also demonstrated. It is concluded that the use of this tool can be useful in the elaboration of the socio-territorial diagnosis and planning of actions within the scope of this public policy.

Keyword: SUAS, Single Registry, planning, socio-territorial diagnosis.

¹ Assistente social, Mestre em Planejamento Territorial-UEFS; Especialista em Gestão Pública Municipal-UNIVASF. E-mail: jose-neto-@hotmail.com, Juazeiro-BA-Brasil;

² Assistente Social, Especialista em Assessoria e Consultoria em Serviço Social- FACESP E-mail: bergsonpereira@yahoo.com.br, Lagoa Grande-PE-Brasil;

³ Mestrando em Ciência e Tecnologia Ambiental-UPE; Tecnólogo em Gestão Ambiental-UNOPAR. E-mail: tarcisio.rocha@hotmail.com, Juazeiro-BA-Brasil.

Introdução

O Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO é um instrumento que proporciona, por meio da gestão da informação, identificar e gerir informações socioeconômicas das famílias de baixa renda de todo o país. Tal instrumento, em face à sua ampla capilaridade territorial, confere a política de assistência social e outras políticas públicas afins, potencialidades para diagnóstico, planejamento e execução de suas ações, munindo assim os diferentes atores envolvidos na política com indicadores sociais importantes.

Entretanto, o uso dessa tecnologia informacional para fins de planejamento e diagnóstico territorial da política ainda é incipiente para maioria dos municípios brasileiros, sobretudo em municípios de pequeno porte do interior nordestino. Assim, o presente trabalho objetiva demonstrar a viabilidade do uso do CADÚNICO enquanto ferramenta útil ao diagnóstico e planejamento de ações no âmbito do SUAS e outras políticas afins, tendo como campo de estudo o município de Lagoa Grande-PE.

Metodologia

Para o alcance de tais objetivos este trabalho assume uma natureza quali-quantitativa e abordagem descritiva (GIL, 2008). Trata-se de estudo de revisão bibliográfica e documental que se embasa, principalmente, a partir de informações extraídas do CADÚNICO através das ferramentas: Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania - MOPS, e Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único - CECAD.

O MOPS é uma ferramenta de integração de dados dos serviços públicos disponíveis nos municípios brasileiros nas áreas de Assistência Social, Educação, Saúde e Trabalho. Também disponibiliza informações sobre vagas de emprego e oportunidades de inclusão produtiva nos municípios. (BRASIL, 2015a, p.267) Já o CECAD é uma ferramenta para o planejamento e implementação de programas sociais nas três esferas de governo. Por meio dele, é possível visualizar dados de pessoas e famílias registradas no Cadastro Único e tabular as informações a partir de uma variável ou pelo cruzamento de duas variáveis presentes nos formulários do Cadastro Único. As informações do CECAD são extraídas mensalmente da base do Cadastro Único e da folha de pagamentos do Programa Bolsa Família. (BRASIL, 2015a, p. 262). Ressalta-se que os dados levantados são de natureza secundária, acessíveis ao público em geral.

A base cartográfica utilizada consistiu-se em arquivos no formato *shape file* referentes aos setores censitários do IBGE (2020). Para as operações de recorte, construção dos mapas temáticos e demais operações envolvendo geoprocessamento utilizou-se como ferramenta o *Software* livre Qgis®.

A Política de Assistência Social e suas particularidades no município de Lagoa Grande – PE

A Assistência Social, enquanto política pública que se insere no tripé constitutivo da Seguridade Social brasileira, visa prover proteção social, à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento da Seguridade Social (BRASIL, 2012). Ela se organiza sob a forma de sistema público não contributivo, descentralizado e participativo: o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Segundo a Política Nacional de Assistência Social-PNAS (BRASIL, 2004) o SUAS define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da Política de Assistência Social possibilitando a normatização dos padrões nos serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura dos serviços e da rede territorializada.

No processo organizativo desta política pública, é válido aqui retomar marcos normativos presentes na Constituição Federal de 1988- CF/88 no que diz respeito aos princípios doutrinários organizativos relativos à descentralização político-administrativa. Este princípio ganha uma maior organicidade a partir da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social Lei 8.742 de 1993, na qual traz em seu Art. 5º que a organização da assistência social terá como base a descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo. Tais marcadores legais agregam ao desenvolvimento desta política pública uma distribuição mais clara de responsabilidades aos diferentes entes estatais, tendo no município um lócus privilegiado de culminância das ações, e no presente estudo, o município que foi cenário das análises foi Lagoa Grande-PE.

Lagoa Grande está localizada na mesorregião do São Francisco Pernambucano fazendo divisas com os municípios de Santa Cruz/PE, Petrolina/PE, Dormentes/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e o rio São Francisco. (VALE, 2014). Município conhecido como a terra da uva e do vinho, tem na fruticultura irrigada, especialmente a da uva, e na vinicultura, sua principal fonte de renda. Lagoa Grande possui 2 distritos, sendo eles: Vermelhos e Jutaí. Nota-se também a

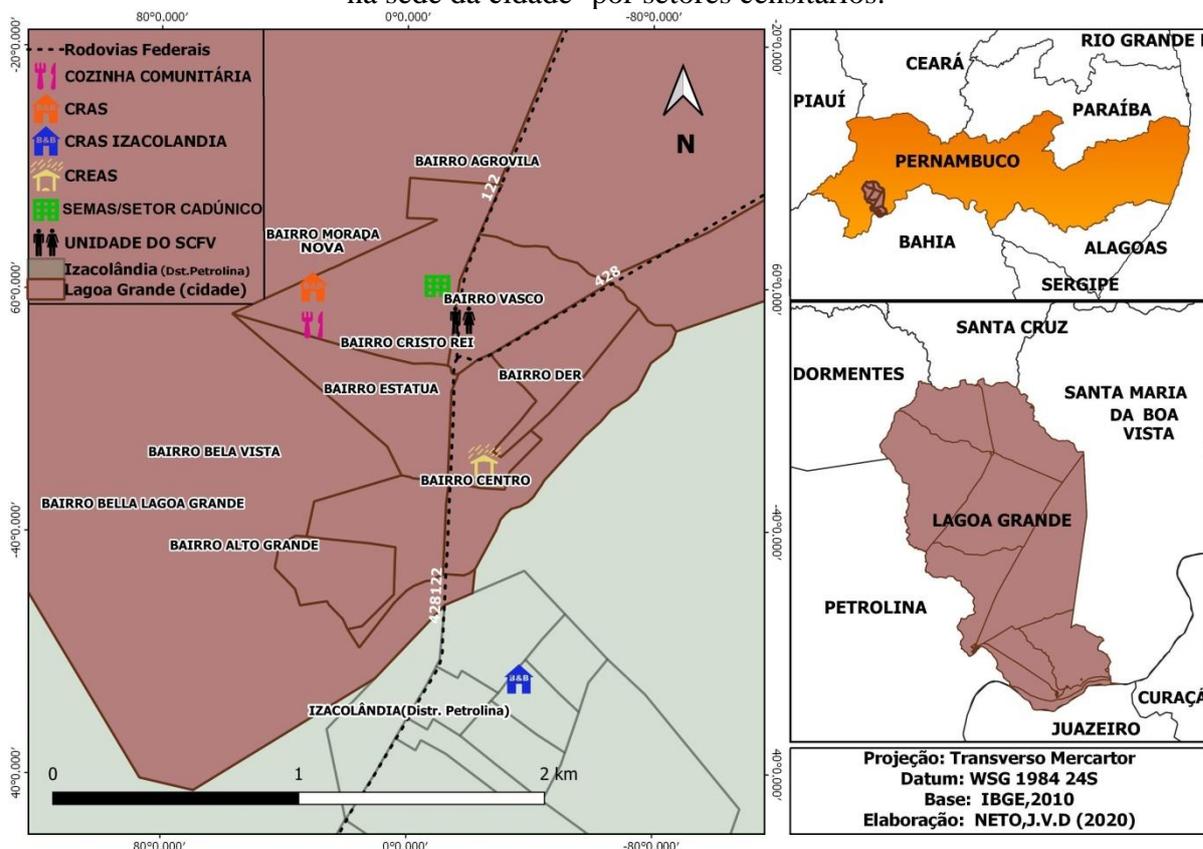
existência de uma forte relação territorial com o distrito de Izacolândia, pertencente ao município de Petrolina- PE. Tal distrito possui seu território praticamente contíguo ao território do município de Lagoa Grande, o que, tende a produzir uma forte relação de dependência e complementariedade socioeconômica e cultural. Demograficamente, considerando o CENSO do IBGE de 2010, o município possuía uma população de 22.760 habitantes, com densidade demográfica de 12,31 hab./km². Já a sua estimativa populacional mais recente (IBGE, 2020) é de 25.601 habitantes, sendo que apenas 45,8% destes residem em áreas urbanas do município, O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano – IDH 0,597 e o seu Produto Interno Bruto - PIB per capita em 2017 era de R\$ 12.955,88 /hab.

Quanto ao cenário da política de Assistência Social no município de Lagoa Grande, a descentralização das ações da política ganhou força com a aprovação da Lei municipal nº 014/2017, que instituiu o SUAS no município, tendo por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS a responsabilidade por sua implementação e coordenação.

Lagoa Grande encontra-se no nível de gestão do SUAS como município de pequeno porte 2, compreendido enquanto aquele em que a população varia de 20.001 a 50.000 mil habitantes (PNAS,2004). O município também se encontra no Índice de Gestão Descentralizada do SUAS IGD - Municipal de 0,80, índice que avalia a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, Distrito Federal e estados, bem como a articulação intersetorial. Trata-se de um índice que varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 melhor é o desempenho da gestão e maior poderá ser o valor repassado aos entes federados como forma de incentivo ao aprimoramento da gestão, respeitando o teto orçamentário e financeiro. (BRASIL, 2020).

Os equipamentos alocados à política de Assistência Social presentes nos municípios, bem com a sua área geográfica são apresentados na figura 1 a seguir:

Figura 1: Lagoa Grande e a distribuição espacial dos equipamentos socioassistenciais na sede da cidade- por setores censitários.



Fonte: Neto, J.V.D (2020).

A figura 1 apresenta a distribuição espacial dos equipamentos da rede socioassistencial de Lagoa Grande, sendo destacado os equipamentos localizados na sede da cidade. Assim, por questões metodológicas, não consta visualmente no mapa uma das unidades de CRAS alocada no Distrito de Vermelho. Nota-se a presença de uma unidade de CRAS na sede da cidade, um restaurante comunitário, uma unidade de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV descentralizado e vinculado ao CRAS da sede, uma unidade de CREAS de abrangência municipal, um centro administrativo (Secretaria Municipal de Assistência Social) e um Setor do CADÚNICO. É ressaltada também a existência do CRAS no distrito de Izacolândia (em cinza), que como ressaltado anteriormente apresenta uma forte relação territorial com o município de Lagoa Grande, mas não o pertence administrativamente.

Os avanços tecnológicos na gestão da informação do SUAS e o CADÚNICO

A Política de Assistência Social tem apresentado nos últimos anos um conjunto de inovações técnicas, políticas, financeiras, tecnológicas e gerenciais, que vem transformando a sua forma de gestão. Contudo, há de se considerar ainda que esta política ainda é portadora de vários desafios para todos os atores envolvidos, tanto na esfera governamental como na esfera não governamental e nesse sentido, como salienta Garcia (2013) sobre a necessidade de se:

[...]. Superar as práticas correntes na história brasileira na área da Assistência, fortemente marcada pelo caráter assistencialista, empirista, distanciado das novas tecnologias de informação e gestão, garantindo ao mesmo tempo uma fundamentação teórica e metodológica capaz de contribuir efetivamente para a redução das desigualdades e ampliação da democracia, requer um esforço enorme dos profissionais que atuam em todos os níveis desta política. (GARCIA, 2013, p.72)

No que tange mais especificamente aos avanços tecnológicos informacionais, estes se intensificaram a partir da criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (atualmente Ministério da Cidadania-MC), e ganharam mais força legal com a elaboração e a implantação do PNAS de 2004 e da Norma Operacional Básica do SUAS – NOB/SUAS em 2005 (JUNIOR; LIMA, 2007). Como consequência, a busca pela garantia da cidadania passou a ser, mais do que nunca, estimulada pelo uso de ferramentas tecnológicas e de comunicação, que ampliam o acesso à informação, estreitando as relações democráticas entre o governo e sociedade, como também, surgem propostas inovadoras nas estruturas de gestão, articulação e pactuação, agregando de forma positiva nas responsabilidades e corresponsabilidades para a implementação do direito a assistência social.

Para Jannuzzi (2014) as tecnologias informacionais produzidas no âmbito da Assistência Social tiveram e tem como elemento fundamental a sua organização a necessidade de uma sistematização de forma prática e funcional, com capacidade de atualização periódica, relação aos domínios territoriais pertinentes, e com propósito abrangente e multidisciplinar de modo a estabelece-se enquanto matéria-prima para a tomada de decisão técnico-política em qualquer momento do ciclo de vida ou maturidade de uma política ou programa social.

Esses princípios organizativos trouxeram desafios à política, sobretudo quando a necessidade de se institucionalizar um sistema de monitoramento e avaliação suscetível à complexidade do sistema de proteção social proposto, de modo a integrar várias áreas e programas. Assim, foi criado em 2004 dentro da estrutura organizacional do MDS a Secretaria de Avaliação de Gestão da Informação –SAGI, visando subsidiar as políticas de cidadania por meio de ações de monitoramento, avaliação, gestão da informação e capacitação de agentes

públicos, de modo a contribuir para o aprimoramento dos programas e ações através de informações qualificadas em nível estratégico e gerencial abrangendo desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional (FERRAREZI, E.; JANNUZZI, P. & MONTAGNER, P, 2016).

A SAGI veio a desenvolver e/ou participar do desenvolvimento uma série de estudos e ferramentas tecnológicas voltadas à coleta, integração e visualização de dados, dentre as quais podemos destacar o CECAD, MOPS (ferramentas primazes no acesso aos dados no presente estudo e já apresentadas anteriormente no texto), Censo SUAS, Registro Mensal de Atendimentos em CRAS e CREAS, RI Social, Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SISC, Tabulador de Microdados – TAB SOCIAL e outras (BRASIL, 2020). No desenvolvimento de suas atividades, a SAGI vale-se de dados e informações decorrente de variadas fontes, tanto internas quanto externas. E como a principal fonte de sistematização, organização e integração de dados de natureza interna é o CADÚNICO, (FERRAREZI, E.; JANNUZZI, P.& MONTAGNER, P,2016).

O CADÚNICO, instrumento central ao presente trabalho, encontra-se regulamentado pelo Decreto nº 6135, de 26 de junho de 2007 (BRASIL, 2015b). Trata-se de um importante instrumento para a identificação de famílias que se encontram espalhadas pelo território nacional e refletem a grande heterogeneidade do país, cuja população apresenta – além das diferenças relacionadas a fatores geográficos e socioeconômicos – características específicas influenciadas por fatores étnicos, culturais ou conjunturais, entre outros (BRASIL, 2015b).

Inserindo-se no contexto de desenvolvimento de tecnologias informacionais, o CADÚNICO, produz uma base de dados capaz de subsidiar o planejamento de ações e políticas de enfrentamento a pobreza, com destaque para a implementação de programas sociais nas diferentes instâncias de governo. Através do CADÚNICO, por exemplo, é possível à triagem e inserção da população de baixa renda em diversos programas e benefícios sociais do governo federal, onde se destacam a relação com os seguintes:

Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC); Tarifa Social de Energia Elétrica; Brasil Alfabetizado; Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti); Carteira do Idoso; Cisternas; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Idjovem; Minha Casa Minha Vida e outros programas habitacionais (Ministério das Cidades); Isenção de taxa para concursos públicos; Programa Passe Livre (Ministério dos Transportes); Telefone Popular; Aposentadoria para pessoa de baixa renda; Programa Bolsa Verde; Programa Mais Educação; Ação Brasil Carinhoso; Água Para Todos; Programa Bolsa Estiagem (Auxílio Emergencial Financeiro); Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). (BRASIL, 2015b).

Os dados extraídos do CADÚNICO também potencializam o diagnóstico socioterritorial, prática de grande relevância que auxilia e fundamenta as ações na Política de Assistência Social em diferentes esferas, sobretudo na esfera local. Contudo, em um grande número de municípios brasileiros, (incluindo o município de Lagoa Grande), o que se nota é uma frágil utilização desses dados para fins de diagnósticos. Tal situação favorece a emergência de práticas de planejamento que não se pautam em indicadores e índices socioterritorializados. Conduz também a uma maior reprodução de ações de caráter assistencialista e emergencialistas, no trato as questões cotidianas, reforçando assim um conjunto de práticas já sinalizadas aqui no texto por Garcia (2013), as quais precisam ser superadas.

A seguir serão apresentadas algumas informações pertinentes à caracterização do município a partir da extração de informações das ferramentas alimentadas pelo CADÚNICO e outras bases informacionais, demonstrando assim exemplos de potencialidades do uso desta ferramenta tecnológica-informacional para uma leitura ampliada da realidade social a ser intervinda.

Exemplificando o uso de Informações do CADÚNICO para fins de diagnóstico e planejamento socioterritorial no âmbito do SUAS na esfera local.

Segundo Consulta realizada no CECAD, em julho de 2020, o município de Lagoa Grande possui um quantitativo de 17.303 pessoas inscritas no CADÚNICO (o equivalente a 67,58% da população municipal). Destas, 10.953 pessoas são beneficiárias do PBF (63,30% do público cadastrado). Dentre as famílias beneficiárias do PBF, observa-se uma maior concentração destas na condição de extrema pobreza, definida como aquelas famílias com renda per capita mensal de até 89,00 reais por pessoa, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Tabela 1: Faixa de renda per capita no CADÚNICO em Lagoa Grande-PE.

Faixa da renda familiar per capita e Reais	Recebe PBF- número de pessoas		TOTAL
	Não	Sim	
Extrema Pobreza (0,0 a 89,00)	820	9.696	10.516
Pobreza (90,00 a 178,00)	560	960	1.520
Baixa Renda (179,00 a 522,50)	3.096	297	3.393
Acima de 1/2 S.M. até 3 S.M.	1.874	0	1.874
Sem Resposta	0	0	0
TOTAL	6.350	10.953	17.303

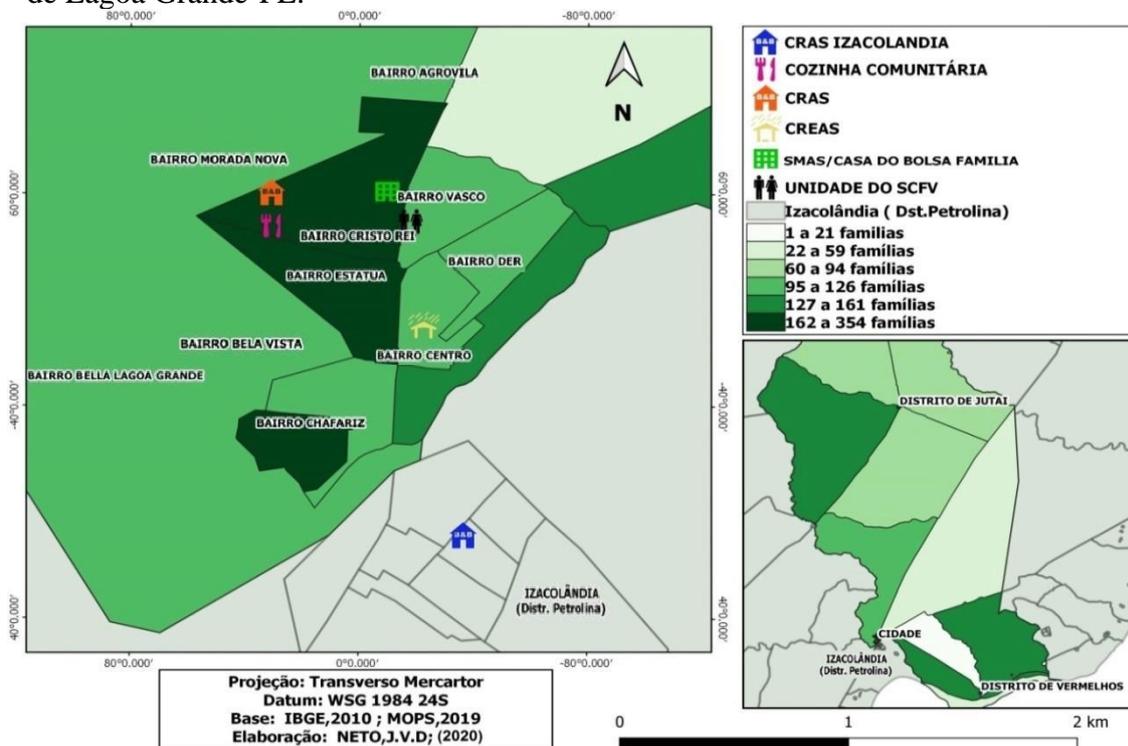
Fonte: CECAD, julho de 2020. Elaboração: autores do estudo (2020).

As famílias que se encontram na condição e pobreza e extrema pobreza e baixa renda, que contabilizam 89,16 % da população cadastrada no CADÚNICO, tendem a demandar uma maior proteção social por parte do Estado, sobretudo no que diz respeito à garantia de ações voltadas a inclusão produtiva, qualificação profissional, fomento a inserção no mercado de trabalho, e acesso a renda mínima. Nesse sentido dimensionar a extensão dessa população é fundamental ao planejamento e ordenação das ações.

Nota-se que esses dados apresentados condensados num quantitativo geral do município podem ser nominalmente modelados pelos operadores da política pública de assistência social municipal. Para esta ação a própria ferramenta de extração CECAD permite esta operação. Isso agregará significativamente as possibilidades de identificação dessa população vulnerável viabilizando assim planejamentos mais precisos em face às vulnerabilidades das famílias do território.

Mediante a extração de informações do MOPS- MDS é possível especializar essas informações relativas à condição de renda familiar no município de Lagoa Grande conforme será apresentado no mapa a seguir.

Figura 2: Espacialização da situação de extrema pobreza- por família no município de Lagoa Grande-PE.



Fonte: Neto, J.V.D (2020).

A figura 2 nota-se uma maior concentração de famílias em situação de extrema pobreza em setores censitários correspondentes aos bairros da Estátua, Cristo Rei e Chafariz. Chama a atenção nesse dado o amplo grau de dispersão das famílias em situação de extrema pobreza em praticamente todo o território, situação que reflete a grande porcentagem de indivíduos expressos na tabela 1.

É importante ressaltar também o aspecto localizacional do CRAS e da Cozinha Comunitária. Estes equipamentos estão localizados em áreas do município onde há expressiva concentração dessas famílias na condição de extrema pobreza. O CRAS é a porta de entrada da política de assistência social, e em suas normatizações se prevê que este seja instalado próximo aos locais de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade social, sendo de responsabilidade dos municípios identificarem os territórios mais favoráveis à sua implantação (BRASIL, 2004).

A mesma reflexão quanto à relevância localizacional se aplica a Cozinha Comunitária. Estas devem também ser implantadas em locais estratégicos em termos de acessibilidade e proximidade às populações atendidas, observando-se, de modo especial, zonas em que há uma maior concentração de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. A Cozinha Comunitária é um dos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, caracterizada como pequena unidade de alimentação e nutrição, com produção mínima de 100 refeições ao dia com objetivo promover o direito humano à alimentação adequada, a partir do fortalecimento da produção, do abastecimento e do consumo de alimentos. Compõe uma ação estratégica da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para a redução dos índices de insegurança alimentar da população, com base nos princípios e diretrizes, definidos na forma da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, a qual concebe o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (BRASIL, 2016).

É válido reforçar aqui o entendimento de que a condição de renda não é o único fator vulnerabilizantes a ser observado pela política de assistência social, contudo este é um importante indicador e muito correlacionado à presença de outras condições de vulnerabilidade e risco social aos indivíduos e grupos, os quais precisam também estar sendo acompanhados pelo município.

Para Filho, (2017) no Brasil, a questão da educação é recorrentemente apontada como um dos grandes limitadores do desenvolvimento, mesmo quando considerado exclusivamente na perspectiva do crescimento econômico. A educação é um dos condicionantes do desenvolvimento socioeconômico, mesmo quando pensada em suas diferentes perspectivas, por

esse motivo é amplamente utilizada como componente nos índices de desenvolvimento e pobreza, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e de vários índices multidimensionais de pobreza. Quando observado indicadores educacionais expressos via CADÚNICO no município, observou-se o seguinte cenário:

Tabela 2: Grau de instrução populacional CADÚNICO em Lagoa Grande-2020, por intervalos etários.

Grau de instrução	Faixa etária										TOTAL
	Entre 0 e 6	Entre 7 e 17	Entre 18 a 24	Entre 25 a 34	Entre 35 a 39	Entre 40 a 44	Entre 45 a 49	Entre 50 a 59	Maiores que 60	Sem Resposta	
Sem instrução	752	2.118	123	158	123	154	196	452	735	0	4.811
Fundamental incompleto	2	1740	467	721	440	463	478	824	547	0	5.682
Fundamental completo	0	221	356	241	110	76	42	58	26	0	1.130
Médio incompleto	0	163	556	239	67	39	22	30	15	0	1.131
Médio completo	0	11	951	946	376	232	130	109	39	0	2.794
Superior incompleto ou mais	0	0	12	42	20	16	12	12	5	0	119
Sem Resposta	1.633	1	0	2	0	0	0	0	0	0	1.636
TOTAL	2387	4254	2.465	2.349	1.136	980	880	1485	1367	0	17.303

Fonte: CECAD, julho de 2020. Elaboração: próprios autores (2020).

A Tabela 2 Apresenta o grau de instrução de todos os indivíduos cadastrados no CADÚNICO por intervalos etários. Chama a atenção o baixíssimo quantitativo de indivíduos com escolaridade superior incompleto ou mais (0,75% da população válida). Se considerarmos o intervalo agregado da população na faixa ativa ao trabalho, (entre 18 e 59 anos), que contabiliza em valores absolutos 9.292 pessoas (53,70% da população cadastrada), nota-se uma predominância de indivíduos com ensino fundamental incompleto (3.390 pessoas, 36,48% da população).

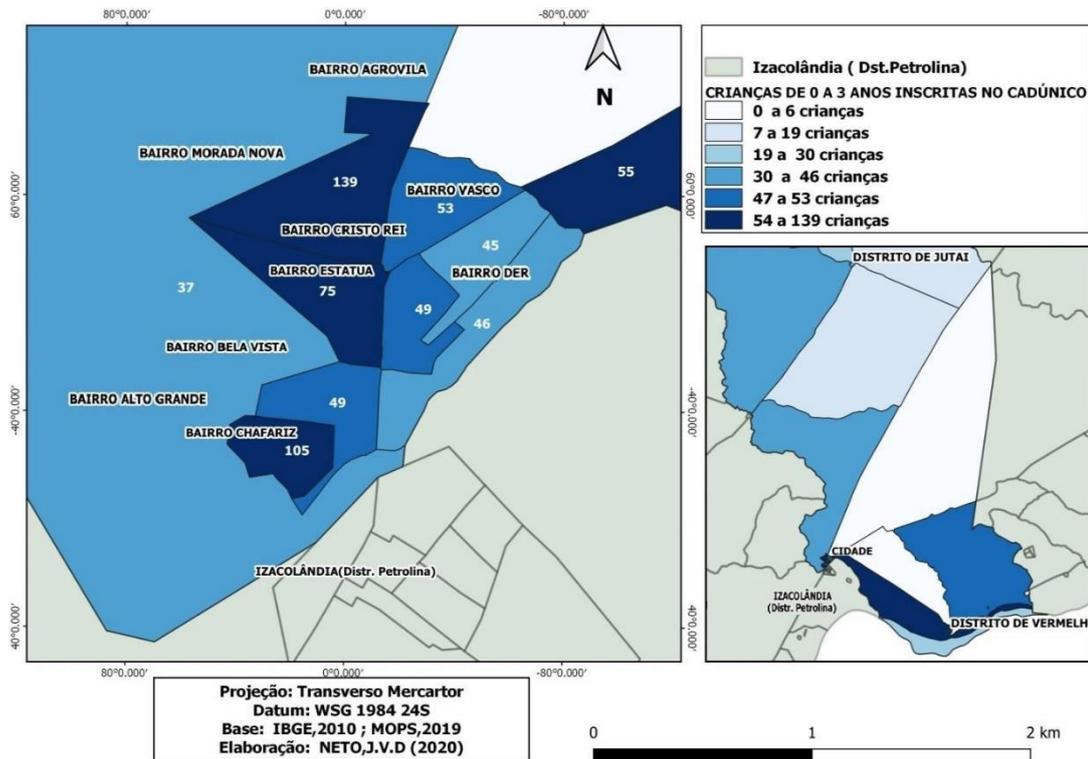
Indicadores dessa natureza precisam ser observados por contribuírem com o planejamento de ações “na ponta” dos serviços realizado por psicólogos assistentes sociais, educadores sociais e outros profissionais, à medida que auxiliam as equipes técnicas a atentarem-se, no contexto do planejamento das atividades, para a condição instrucional do público envolvido.

Um melhor detalhamento dessas informações também permite que a gestão do SUAS no município, mediante o exercício das funções de vigilância socioassistencial, possa também mapear as regiões de menor escolaridade do seu público atendido, além de ofertar apoio estratégico ao planejamento de ações junto as Secretarias Municipais de Educação. Ações articuladas dessa natureza com a política Educacional do município são necessárias para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social que reverberam no cotidiano escolar/educacional, culminando na evasão e repetência escolar deste público, e que em muitas situações, encontra-se associada à necessidade de conciliação e trabalho e estudos. Aqui se reforça o papel da Política de Assistência Social em garantir condições de renda mínima a essas famílias como forma de mitigar os riscos de abandono e repetência escolar em face da necessidade de trabalhar e outras vicissitudes.

Como já afirmado no texto os dados extraídos do CADÚNICO podem produzir informações válidas a diferentes programas socioassistenciais. Trazemos o exemplo do Programa Criança Feliz, programa que foi objeto de estudo de Neto (2019), no qual lançou um olhar sobre estratégias para o planejamento de ações deste programa mediante o uso de indicadores socioterritorializados. No citado estudo o autor baseou-se, de modo especial, no uso de informações extraídas do CADÚNICO para a espacialização de índices pertinentes ao programa no município de Juazeiro-BA. Essa estratégia metodológica será apresentada a seguir tendo como enfoque analítico o município de Lagoa Grande.

O Programa Criança Feliz tem dentre seus públicos-alvo as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos. E para identificação dessas crianças é possível pautar-se no suporte informacional do CADÚNICO, de modo a identificar, por exemplo, onde se concentram mais crianças com esse perfil conforme demonstrado na figura 3:

Figura 3: Crianças de 0 a 3 anos inscritas no CADÚ



Fonte: Neto, J.V.D (2020).

A figura 3 aponta uma maior concentração de crianças na faixa etária de 0 a 3 anos nos bairros Estátua, Cristo Rei e Chafariz. Realizando uma análise comparativa com a figura 2, que apresentou uma distribuição espacial populacional de famílias em situação de extrema pobreza, observa-se que as áreas de maior concentração de crianças condizem com as áreas de maior incidência de famílias em situação de extrema pobreza no município. Diante das informações a busca ativa e as visitas domiciliares desenvolvidas pela equipe técnica do Programa Criança Feliz podem focar nos bairros com maior presença de crianças, isso por sua vez tende a reduzir o tempo de ação em campo diminuindo assim custos operacionais do programa.

A partir da identificação em termos de maior concentração de crianças, é possível, por exemplo, remanejar o quantitativo técnico das equipes para os bairros de maior concentração de crianças a serem acompanhadas, é possível também mapear outros equipamentos parceiros nesses territórios como creches, escolas de educação infantil, Unidades básicas de saúde e etc. a fim do desenvolvimento de estratégias interventivas conjuntas.

Mesmo com toda abrangência do CADÚNICO, bem como sua relevância para a política de assistência social a fornecer dados que podem subsidiar a elaboração de indicadores sociais,

é importante pontuar que seu uso de forma isolada nem sempre é suficiente ao processo de planejamento e diagnóstico socioterritorial. Assim recomenda-se que as informações produzidas por essa ferramenta dialoguem com outros indicadores e índices de diferentes naturezas, tais como os censos demográficos do IBGE, os registros administrativos do município, de sistemas de informação dos Ministérios do Planejamento, do Trabalho, da Saúde, da Previdência, os sistemas de gestão e registros de programas das secretarias nacionais do Ministério da Cidadania, entre outros.

É válido sinalizar também, sobre a existência de outras bases informativas no âmbito do SUAS que também podem ser utilizadas complementarmente diante dessa missão complexa de lançar luz sobre os territórios, planejando ações estrategicamente programadas, como por exemplo, o prontuário SUAS, o Censo SUAS e os Registros Mensais de Produção. Nota-se também a pertinência de que os próprios equipamentos da assistência desenvolvam outros indicadores que especifiquem suas demandas, tornando-se também uma importante fonte de dados para a leitura diagnóstica e planejamento das ações.

Por fim, vale salientar que para assegurar a fidedignidade dos dados cadastrais é fundamental por parte do município estabelecer um conjunto de procedimentos de rotina no ambiente de trabalho como atualização das informações cadastrais, comunicação contínua com as famílias cadastradas, lembrando-as do compromisso com as respostas, adotar medidas para controle e prevenção de inconsistências cadastrais, assim como, a intensificação da busca ativa, visto que essas ações irão contribuir para garantir que a base de dados do CADÚNICO possa refletir a realidade socioeconômica das famílias cadastradas no município.

Considerações finais

O presente estudo demonstra o papel relevante do CADÚNICO como uma ferramenta que pode contribuir para o planejamento e diagnóstico da realidade dos territórios abrangidos pela política de assistência social. Desse modo, o entendimento sintetizado é de que para a implantação de ações de planejamento e diagnóstico territorial nos municípios no âmbito da Política de Assistência Social e afins, se faz necessário instigar o uso dessa tecnologia informacional, criando uma cultura administrativa da gestão da informação.

Tudo isso poderá produzir efeitos positivos sobre a qualificação da gestão da política de assistência social, qualificação dos serviços socioassistenciais, uma melhor adequação da relação oferta a demanda, a ampliação do alcance da proteção social e da vigilância

socioterritorial sobre os territórios, transformando assim o fazer social numa ação estratégica e com melhor racionalidade sistêmica.

Entretanto, para o alcance dessas projeções será necessário superar práticas históricas presentes na política de assistência social pautadas num caráter assistencialista e emergencialistas, no trato as questões cotidianas, o famoso “apagar fogo” vivido no dia a dia pelas equipes técnicas e demais atores envolvidos com a política, situação que compromete o pensar desta política pública de modo estratégico e planejado.

Referências

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/SUAS**. Brasília: 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **SAGI: Informação e Conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social** / Organizadora Elisabete Ferrarezi. -- Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2015a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. 2º Ed. Brasília: 2015b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Manual de Instruções, diretrizes e procedimentos operacionais para contratação e execução de programas e ações da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/diretrizes_programaticas_CAIXAMDS.pdf. Acessado em: 11 de junho de 2020.

_____. Ministério da Cidadania. www.desenvolvimentosocial.gov.br. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/portal/index.php?grupo=164>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

DUARTE, C. E. E; ROMERO, P. R. P.. Aplicação do Cadastro Único à Gestão da Política de Assistência Social em Londrina/PR. In: **DIPROSUL O direito à saúde e a proteção social em faixas de fronteiras: Um balanço do debate acadêmico no sul da América Latina**, Pelotas: 2011.

FERRAREZI, E.; JANNUZZI, P.; MONTAGNER, P.. Trajetória e Desenvolvimento Institucional da SAGI/MDS (2004-2015). In: _____. (org.). **SAGI: Informação e Conhecimento para Políticas de Desenvolvimento Social**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília: 2016, p. 16 – 53,.

FILHO, José Caetano de Jesus. **Pobreza Urbana em Feira de Santana: Uma análise multidimensional**. 2017. 132f. Tese (Mestrado) – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: 2017.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6oed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IGBE Cidades** www.ibge.gov.br. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov/brasil/pe/lagoa-grande/panorama>. Acessado em: 10 de abril de 2020.

JANNUZZI, P.. A Produção de Informação e Conhecimento para Aprimoramento das Políticas e Programas de Desenvolvimento: Princípios, conceitos e Caracterização das Pesquisas de Avaliação realizadas pela SAGI/MDS de 2011 a 2014. In: JANNUZZI, Paulo; QUIROGA, Júnia (org.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate – Síntese das Pesquisas de Avaliação de Programas Sociais do MDS 2011 - 2014**. Nº16, Brasília: SAGI, 2014. p. 12-35.

JUNIOR, G. C.; LIMA, C. Lúcio de. Antecedentes da Rede SUAS. In: TAPAJOS, L.; RODRIGUES, R. W. (org.). **Rede SUAS: Gestão e Sistema de Informação para o Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2007. p. 56-69.

LAGOA GRANDE. **Lei nº. 014, de 16 de novembro de 2017**. Institui o Sistema Único de Assistência Social do município de Lagoa Grande/PE, e dá outras providências, Lagoa Grande: 2017.

NETO, J. V. de D.. Planejando ações do Programa Criança Feliz numa unidade de CRAS do município de Juazeiro – BA mediante o uso de indicadores socioterritorializados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 3, 2019, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019, p. 1619 – 1629.

VALE, F. F. R.. **Análise de Perfil Demográfico, Social e Econômico de Lagoa Grande – PE**. Observatório do Sertão Pernambucano/PRODI, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Petrolina, 2014. Disponível em: [https://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/images/observatorio/anlise de perfil demográfico lagoa grande-pe.pdf](https://www.ifsertao-pe.edu.br/reitoria/images/observatorio/anlise_de_perfil_demografico_lagoa_grande-pe.pdf). Acesso em: 04 de abril de 2020.



Como citar este artigo (Formato ABNT):

DEUS NETO, José Vicente de; PEREIRA, Bergson Almeida; DEUS, Tarcísio Rocha Vicente de. O uso do Cadastro Único como ferramenta para o diagnóstico e planejamento na Assistência Social. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Dezembro/2020, vol.14, n.53, p. 231-246. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/11/2020;

Aceito: 10/11/2020.